

Fecho de Contas 2025



Gestão 360°
Guia Prático





Caros empresários e gestores açorianos,

A economia global e regional evidencia rápida transformação — da digitalização à crescente exigência regulatória — sendo crítico que as empresas locais adotem parcerias, sem perder aquilo que nos torna únicos. A nossa modernização assenta em três pilares: renovação das equipas, fortalecimento da marca e parcerias com entidades de maior dimensão, garantindo *compliance* e qualidade de serviço.

A nossa equipa, com profundo enraizamento nos Açores, deu recentemente um passo importante ao integrar uma rede internacional de auditoria e consultoria. Graças a esta integração, conjugamos os valores regionais com o acesso a conhecimentos técnicos, melhores práticas globais e recursos ampliados — o que nos torna mais capazes de responder aos desafios dos nossos clientes.

Esta mudança reforça a continuidade da nossa relação com os nossos clientes. Mantemos o compromisso de proximidade, de atendimento personalizado, de rigor e dedicação,

valores de que nunca abrimos mão. Valorizamos equipas e presença local: continuamos disponíveis para uma abordagem local, com uma maior capacidade de resposta e solidez técnica, de uma rede global.

Este ano, reforçámos a nossa equipa, contratando profissionais licenciados na região, duplicando a dimensão do escritório, com talento local qualificado (licenciados). Este crescimento permite-nos aliar o conhecimento técnico à cultura açoriana: os novos colaboradores partilham as nossas raízes e os nossos valores, reforçando a capacidade de servir com excelência e de forma sustentável.

Este Guia Prático, é a nossa modesta colaboração no apoio ao processo de fecho de contas de 2025. A sua leitura é para vós uma oportunidade de renovação, de crescimento estratégico e de fortalecerem as vossas organizações nos Açores — com ambição e identidade.

Com respeito institucional e plena confiança no futuro,



Duarte Giesta (ROC)

 **DUARTE GIESTA**
& ASSOCIADO, SROC, LDA.

1. Fecho de Contas 2025:

Checklist sumário

1

1) Planeamento e Organização

- Definir o calendário interno do fecho (lançamentos, reconciliações, revisão e validações);
- Distribuir responsabilidades dentro da empresa e com o Contabilista Certificado;
- Recolher documentação pendente (faturas, contratos, relatórios, extratos);
- Garantir que o software ou ERP está atualizado;
- Verificar alterações legais relevantes (IRC, IVA, ISELO, benefícios fiscais);
- Confirmar se existe reporte não financeiro obrigatório (CSRD/ESG).

Art. 123.º do Código do IRC: exige contabilidade organizada e demonstrações financeiras em prazos legais.

2) Reconciliações Financeiras

- Reconciliar extratos bancários com contabilidade;
- Validar movimentos pendentes (transferências, pagamentos, POS, MBWay, plataformas digitais);
- Confirmar saldos de caixa física;
- Rever contratos de crédito, leasing, juros e comissões bancárias.

NCRF 1 e artigo 29.º do CIVA: Diferenças não justificadas podem originar correções contabilísticas e fiscais.

3) Clientes e Contas a Receber

- Garantir que todas as vendas do ano foram registadas;
- Reconciliar o módulo de faturação com a contabilidade;
- Rever a antiguidade dos saldos;
- Registrar imparidades para cobranças duvidosas;
- Ajustar descontos comerciais, notas de crédito ou devoluções;
- Rever saldos em moeda estrangeira e variações cambiais;
- Avaliar concentração de risco num pequeno grupo de clientes.

NCRF 27 e o artigo 28.º do CIRC: definem o registo de imparidades e tratamento fiscal.

4) Fornecedores e Contas a Pagar

- Confirmar se todas as faturas foram contabilizadas
- Registrar custos incorridos, mas ainda não faturados (energia, rendas, serviços)
- Rever obrigações fiscais associadas (retenções, IVA)
- Regularizar adiantamentos a fornecedores
- Rever saldos em moeda estrangeira e respetivos ajustes cambiais

NCRF 1 e artigo 18.º do CIRC (determinação do lucro tributável): determina o regime da especialização. Faturas recebidas após o fecho, mas respeitantes ao exercício são registadas como acréscimos de gasto.

5) Inventários e Existências

- Realizar contagem física ou validar relatório de inventário existente;
- Registrar diferenças entre contagem física e contabilidade;
- Identificar inventário obsoleto ou sem rotação e registar imparidades;
- Confirmar método de valorização (FIFO, custo médio ponderado, etc.);
- Rever inventário em trânsito ou consignação.

Inventários: valorizados ao custo ou valor realizável líquido, o menor deles (NCRF 18). O artigo 28.º-A do CIRC define limites e regras para imparidades. O inventário físico é obrigatório (art.º 12.º do Código Comercial).

6) Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

- Validar lista de ativos e documentação associada;
- Confirmar amortizações de acordo com vida útil e critérios atualizados;
- Registrar baixas e alienações;
- Identificar benfeitorias e distinguir custo corrente vs. Capitalização;
- Rever ativos por direito de uso (leasing) conforme NCRF 9/IFRS 16;
- Realizar testes de imparidade quando aplicável.

Depreciações seguem a NCRF 7 e a Tabela Fiscal anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009. Divergências entre a vida útil contabilística e fiscal exigem ajustamentos extra contabilísticos no Modelo 22.

7) Provisões, Riscos e Contingências

- Rever litígios, reclamações e processos judiciais (consultar jurídico, se necessário);
- Registrar provisões quando o risco é provável e quantificável;
- Divulgar contingências quando o risco é possível;
- Rever garantias, contratos plurianuais, seguros e responsabilidades futuras;
- Registrar remunerações diferidas (férias, subsídios e indemnizações).

NCRF 21: regula provisões e contingências. Artigo 23.º-A do CIRC: Define as provisões dedutíveis em IRC (ex.: provisões para garantias, processos judiciais e créditos duvidosos elegíveis).

8) Reconhecimento de Rendimentos, Gastos e Acréscimos

- Confirmar aplicação do princípio da especialização dos exercícios;
- Rever serviços prestados e ainda não faturados;
- Validar receitas diferidas ou adiantamentos de clientes;
- Rever subsídios, incentivos e apoios governamentais;
- Confirmar registo de custos financeiros, comissões e penalidades.

NCRF 20 e Artigo 18.º do CIRC: O “Rédito” respeita a especialização dos exercícios.

9) Impostos e Fiscalidade

- Apurar resultado fiscal e diferenças contabilístico-fiscais;
- Calcular imposto corrente (IRC);
- Rever diferenças temporárias e imposto diferido;
- Identificar benefícios fiscais aplicáveis (regionais, nacionais ou setoriais);
- Rever provisões para contingências fiscais;
- Considerar impactos do Pilar Dois/tributação mínima global (se aplicável).

O fecho de contas inclui o apuramento de IRC (art.º 90.º CIRC) e eventual imposto diferido conforme NCRF 25, bem como os benefícios fiscais (EBF), incluindo incentivos regionais aplicáveis nos Açores.

10) Demonstrações Financeiras e Divulgação

- Preparar Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Atualizar o Anexo com políticas contabilísticas, estimativas, riscos e compromissos;
- Rever coerência com o exercício anterior;
- Garantir que existem notas sobre: partes rela-

cionadas, instrumentos financeiros, eventos subsequentes, imparidades e contingências; SNC e Artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais: As demonstrações financeiras incluem Balanço, DR, Demonstração Fluxos Caixa, Demonstração de Alterações no Capital Próprio e Anexo.

11) Dossier Fiscal e Contabilístico

- O dossier fiscal deve estar organizado e disponível até ao prazo de entrega da IES e deve incluir:
- Demonstrações financeiras aprovadas;
- Relatório de gestão e parecer de auditor (quando aplicável);
- Modelo 22, IES e declarações fiscais (IVA, retenções, pagamentos);
- Mapas fiscais legais: amortizações, provisões, mais-valias, prejuízos fiscais;
- Balancete, diário, razão e registos de suporte;
- Mapas de inventários, ativos, leasing e imparidades;
- Contratos relevantes (financiamento, arrendamento, serviços, licenças);
- Justificação das estimativas contabilísticas usadas.

Portaria n.º 92-A/2011: o dossier fiscal deve estar organizado até ao prazo legal da IES. A ausência ou organização deficiente pode originar penalizações nos termos do RGIT.

12) Conclusão, Aprovação e Registo

- Incorporar ajustes propostos pelo auditor ou contabilista certificado;
 - Validar demonstrações financeiras com a administração;
 - Submeter a IES e depositar contas nos prazos legais;
 - Arquivar documentos durante o período obrigatório.
- As contas devem ser aprovadas pelos sócios até ao 31 de março (art.º 65.º CSC) e entregues até 15 de julho com a IES. Empresas sujeitas a auditoria devem garantir emissão do parecer do ROC antes da aprovação.

13) Pós-Fecho: Melhoria Contínua

- Identificar pontos críticos do processo;
- Atualizar procedimentos internos;
- Programar formação para 2026;
- Rever ferramentas tecnológicas e indicadores de gestão.

Aproveite o fecho de contas para reforçar a transparência, credibilidade e confiança junto de stakeholders.

Autores:

Fúlvio Amaral Auditor (Duarte Giesta SROC)
Marta Pato Contabilista Certificada (UHY Portugal)

2. Governance

2

Qualquer sociedade deve ter uma Governance efetiva. A implementação de um modelo de Governance inclui:

1. Diagnóstico
2. Estrutura e organograma
3. Processos (negócio, operações, riscos e desafios)
4. Documentação: Normativos estatutários críticos/relevantes
5. Benefícios da Governance

Fase 1) Diagnóstico

Objetivo: entender práticas atuais, identificar lacunas, clarificar visão e prioridades.

Ações:

- Realizar entrevistas com os sócios, direção e chefias intermédias;
- Mapear processos chave (financeiros, comerciais, RH, operações, etc.);
- Identificar e avaliar riscos (financeiros, operacionais, sucessão, etc.);
- Inventariar normativos existentes (estatutos, regulamentos, políticas, etc.);
- Identificar conflitos comuns na empresa (autoridade, sucessão, decisões informais, acumulação de funções);
- Avaliar a maturidade (escala) de governance.

Fase 2) Estrutura e Organograma

Objetivo: clarificar papéis, responsabilidades e órgãos de decisão.

Ações:

- Definir órgãos de governance (Conselho de Sócios / Conselho de Administração / Comissão Executiva, etc.);
- Distinguir papéis da família vs. gestão profissional - (“Protocolo Familiar”);
- Criar organograma formal, descritivos de funções e limites de autoridade;
- Criar regras de sucessão e de entrada/saída de familiares na gestão;
- Definir e aprovar Organograma, Matriz de responsabilidades e Regulamento dos órgãos sociais

Organograma “Simple & Best Practice”

Nível Estratégico (Acionistas/Família)

- Assembleia de Sócios
- Conselho de Administração (pode incluir membros independentes)

Nível Executivo

- Diretor Geral / CEO
 - Diretor Financeiro & Administrativo
 - Diretor de Operações
 - Diretor Comercial & Marketing
 - Diretor de Recursos Humanos (pode ser part-time ou externo)

Nível Operacional

- Supervisores / Coordenadores por área
- Equipas operacionais

Aceda ao nosso site <https://duartegiesta.pt/wp-content/uploads/2025/11/Questionario-de-Diagnostico.docx> para responder a um questionário de forma a definir a sua e estrutura organizacional.

Fase 3) Processos

Objetivo: dotar a empresa de regras claras, simples e documentadas.

Ações:

- Identificar principais riscos e desafios
- Identificar processos críticos
- Desenhar matriz de risco
- Identificar atividades de controlo
- Inventariar KPI's operacionais, financeiros, comerciais, qualitativos

Processos básicos + Sistema de controlo interno + Monitorização

Documentar procedimentos/fluxos para tomada de decisão, comunicação interna e gestão financeira. Os processos mais pequenos permitem maior rapidez de execução, maior fluxo de trabalho, melhor controlo e motivação pelo êxito.

A separação de funções permite melhor controlo e interação entre colaboradores e/ou departamentos (ex.: quem aprova pagamentos não deve ser o mesmo que os executa), diminuindo eventuais riscos de fraude ou falhas.

- Redigir normativos críticos (ver lista mais abaixo).
- Criar dashboard de reporting mensal para sócios/gestão.
- Definir sistema de controlo interno (ex.: segregação mínima de funções, validações, auditoria interna leve).
- Implementar manual de procedimentos chave;
- Definir e aprovar Políticas (Financeira, Comercial, etc.);
- Definir Código de Conduta
- Desenhar, divulgar e aprovar Manual de Controlo Interno
- Definir Política de Gestão de Riscos

A monitorização e melhoria continua, permite acompanhar as operações de forma mais efetiva. Para tal devem ser implementadas as seguintes atividades:

- Reuniões trimestrais para revisão de riscos, indicadores e projetos.
- Efetuar a avaliação anual da eficácia da governance;
- Promover a atualização contínua dos procedimentos;
- Formalizar a monitorização (Relatórios trimestrais, Plano anual de melhoria e Revisão dos normativos).

Fase 4) Documentação - Normativos Estatutários e Políticas Críticas

Apresenta-se abaixo, uma lista de normativos essenciais (mínimo recomendado):

1. Regulamento do Conselho de Administração / Sócios
2. Documento de Regras da Família (Family Charter)
3. Código de Conduta e Ética
4. Política de Conflitos de Interesse
5. Política Financeira e de Investimentos
6. Política Comercial (inclui preços, descontos, prazos, créditos)
7. Política de RH (recrutamento, avaliação, progressão, disciplina)
8. Política de Segurança e Proteção de Dados
9. Manual de Controlo Interno
10. Política de Gestão de Riscos

Normativos Complementares:

- Política de comunicação interna e externa
- Política de compliance legal e fiscal
- Regulamento de contratação de familiares
- Plano de sucessão
- Regulamento de reporting interno

Benefícios da Governance

- Um modelo de Governance efetivo, traz ganhos reais;
- Decisões mais rápidas e confiáveis;
- Funcionamento mais eficiente;
- Auditorias mais simples e menos penosas;
- Redução de riscos financeiros, fiscais, operacionais, comerciais, legais e reputacionais;
- Valorização da empresa perante investidores e parceiros.

Empresas que investem na combinação certa de estrutura organizacional e normativos, não apenas sobrevivem, mas crescem de forma sólida e previsível.

Estudos recentes (Jerab 2023; Danilov 2024; Meidawati 2025) mostram que estruturas bem definidas e governança eficaz contribuem diretamente para o desempenho sustentável.

Autores:

Duarte Giesta (Duarte Giesta SROC)
Inês Oliveira (Duarte Giesta SROC)

3. Orçamento do Estado 2026

Principais Alterações Fiscais



O Orçamento do Estado para 2026 traz alterações fiscais com impacto direto na competitividade e nas decisões de gestão. Este artigo resume as principais medidas e as oportunidades que delas decorrem para as empresas. Estas propostas, desenhadas a nível nacional, poderão ser ajustadas a nível regional, podendo ter impacto nos comentários abaixo.

1) IRS – Alterações ao rendimento disponível e impactos na habitação

Habitação e rendimentos prediais

- A dedução com despesas de arrendamento aumenta para 900 € em 2026 e 1.000 € em 2027, mantendo-se majorações para rendimentos até 30.000 € e incentivos à fixação no interior.
- O regime de reinvestimento é alargado, permitindo excluir tributação de mais-valias quando o produto da venda é reinvestido em imóveis destinados a rendas moderadas (até 2.300 €).
- A taxa especial sobre rendimentos prediais baixa de 25% para 10% para senhorios com rendas moderadas.

Escalões, rendimento do trabalho e isenções

- Atualização dos escalões em 3,5%.
- Redução de 0,3 p.p. nas taxas do 2.º ao 5.º escalão.
- O Mínimo de Existência passa a corresponder ao maior entre o valor legal e 14x o Salário Mínimo Nacional, afastando trabalhadores no SMN da tributação.
- Mantém-se a isenção para prémios/gratificações até 6% da retribuição base anual.

2) Segurança Social – Reforço da proteção social e combate à evasão

As medidas da Segurança Social para 2026 mantêm-se uniformes a nível nacional.

Principais alterações

- Atualização do Complemento Solidário para Idosos para 670 €.
- Publicação da lista de devedores à Segurança Social, reforçando transparência e cumprimento.

- Expansão da partilha eletrónica de dados entre AT, IRN e BdP, aumentando rigor e eficiência.
- Jovens com menos de 30 anos mantêm a possibilidade de acumular parte do subsídio de desemprego com salário na entrada no mercado de trabalho.

3) IRC – Redução da taxa (Açores)

A política fiscal regional prevê uma redução de 30% face à taxa nacional de IRC. Aplicando essa redução às novas taxas previstas para 2026–2028, obtém-se:

Taxas finais de IRC (Açores):

2026	13,3%
2027	12,6%
2028	11,9%

Estas taxas reforçam de forma significativa a competitividade regional, posicionando os Açores como uma das jurisdições fiscais mais atrativas da União Europeia para investimento produtivo.

Tributação autónoma e reporte:

- Regras atualizadas para viaturas híbridas plug-in (norma “Euro 6e-bis”).
- Eliminação da dispensa do agravamento de tributação autónoma em situações de prejuízo, exceto início de atividade.
- SAF-T (contabilidade) apenas obrigatório para períodos iniciados a partir de 2027, com entrega em 2028.

4) IVA – Grupos de IVA, habitação e modernização digital

Regime de Grupos de IVA: Entra em vigor um regime que permite a compensação de saldos entre empresas do mesmo grupo societário, reduzindo custos financeiros e melhorando a gestão de tesouraria.

Habitação: Taxa reduzida de 6% aplica-se à construção de habitação até 648.000 € e ao arrendamento até 2.300 €, regime previsto até 2029.

Digitalização: Equiparação das faturas em PDF às faturas eletrónicas prorrogada até 31 de dezembro de 2026.

5) IMT – Atualização dos escalões e incentivo aos jovens

- Atualização de 2% dos escalões.
- Jovens até 35 anos continuam a beneficiar de isenção até 330.539 € para aquisição de habitação própria e permanente.

6) Imposto do Selo – Garantias e crédito à habitação

- Nova isenção para garantias prestadas ao Estado em processos de recuperação de créditos e bens públicos.
- Fim das isenções para renegociação de crédito à habitação com prazos ≥ 5 anos – regressam ao regime geral.

7) Benefícios Fiscais – Evolução entre 2025 e 2026

2025	2026
<ul style="list-style-type: none"> • Reduções moderadas em rendimentos prediais acessíveis. • Incentivo à valorização salarial com majorações até 150–200%. • Regimes consolidados: donativos, parcerias sociais, florestas, reabilitação urbana. 	<ul style="list-style-type: none"> • Rendimentos prediais de pessoas coletivas: isenção de 50% em IRC para rendas moderadas. • Organismos de investimento coletivo focados em arrendamento acessível passam a pagar 5% sobre distribuições. • Incentivo à valorização salarial reforça majoração de 200% para aumentos superiores a 4,6%.

8) Incentivos à Contratação – Estágios “L” e outras medidas para jovens

Estágios “L”

- Níveis 5 a 8 do QNQ.
- Comparticipações públicas entre 80% e 95%.
- Majorações quando:
 - há contratação sem termo,
 - o candidato tem até 35 anos,
 - há desemprego de longa duração,
 - há deficiência.

Outros programas relevantes para 2026

ATIVAR.PT – estágios de entrada no mercado de trabalho.

- **Compromisso Emprego Sustentável** – apoios diretos à contratação sem termo.
- **Apoios à contratação de jovens qualificados** – financiamento por posto de trabalho.
- **Incentivos à contratação inclusiva** – trabalhadores em risco de exclusão.

Impacto para as empresas

- Redução direta de custos salariais.
- Possibilidade de majorações adicionais por contratação.
- Apoio à retenção em fases iniciais.
- Melhoria de indicadores ESG relativos a políticas de emprego.

9) Benefícios Fiscais que as Empresas Podem

Incentivo à Valorização Salarial (200%)	RFAI – Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	SIFIDE II – Incentivo Fiscal à I&D	Benefícios Florestais e Gestão Ativa	Incentivos à Contratação (L, ATIVAR.PT, Emprego Sustentável)
Arrendamento Acessível – Pessoas Coletivas	DLRR – Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos	Parcerias Sociais	Incentivos à Eficiência Energética e Ambiente	Benefícios para PME inovadoras e start-ups

Autores:

Cláudio Gurgel (Tax Advisory) (Duarte Giesta SROC)
Paulo André (ROC) (Duarte Giesta SROC)

4. Cibersegurança: tendências e autoavaliação.



O relatório “ENISA – Threat Landscape 2025” publicado recentemente revela um ambiente digital europeu cada vez mais hostil e complexo, marcado por ataques mais rápidos, mais automatizados e com maior impacto transversal nos setores críticos. Entre julho de 2024 e junho de 2025 foram analisados cerca de 4 900 incidentes, o que demonstra uma evolução significativa na sofisticação, escala e velocidade das ameaças cibernéticas. O cenário atual assenta em três dinâmicas centrais, a convergência entre grupos de cibercrime, o hacktivismo associado a operações conduzidas por Estados e a industrialização do crime cibernético com automação potenciada pela Inteligência Artificial. Estas dinâmicas ampliam o alcance e a velocidade dos ataques e reduzem drasticamente o tempo de deteção pelas organizações.

Tendências Recentes em Ciberataques

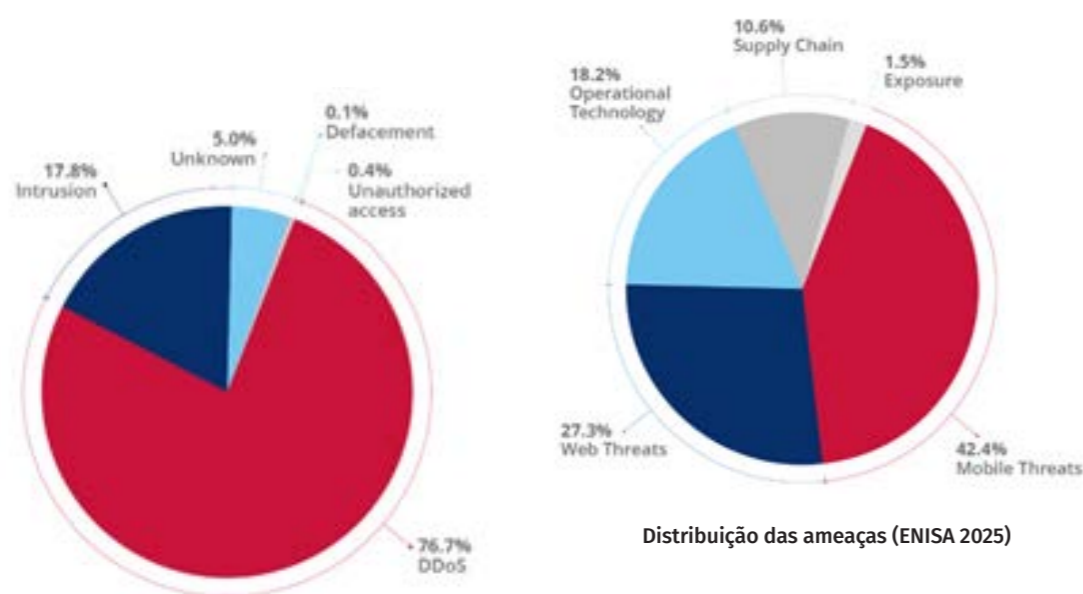
Nesta análise, foram identificadas pela ENISA como principais ameaças:

- **DDoS como ameaça dominante**

Os ataques DDoS representam 76% dos incidentes registados, sendo quase todos conduzidos por grupos hacktivistas motivados por causas ideológicas, tensões geopolíticas ou campanhas de protesto coordenado. A Administração Pública, os transportes e os serviços digitais essenciais continuam a ser os principais alvos, uma vez que o impacto público destes ataques maximiza a visibilidade pretendida pelos atacantes. A tendência demonstra que ataques DDoS se tornaram não só mais frequentes, mas também mais coordenados, recorrendo a botnets distribuídas globalmente e infraestruturas alugadas como serviço.

- **Ransomware e intrusões**

O ransomware mantém-se como a principal ameaça financeira e operacional. Das intrusões registadas, 68% resultaram em fuga de dados e 87% envolveram malware, incluindo ransomware, infostealers ou trojans bancários. A evolução do modelo RaaS (Ransomware as a Service) democratizou o acesso ao crime organizado, permitindo que atacantes pouco experientes executem operações altamente



Tipo de Incidentes (ENISA 2025)

sofisticadas com apoio direto dos programadores do ransomware. Os grupos criminosos reorganizaram-se de forma descentralizada, apostando em modelos RaaS e em campanhas de dupla e tripla extorsão que exploram o medo regulatório, sobretudo em setores como finanças, saúde e telecomunicações.

- **Exploração de vulnerabilidades em larga escala**

Cerca de 70% das explorações de vulnerabilidades levaram a intrusões diretas, frequentemente culminando em execução de código malicioso e comprometimento de serviços críticos. Foram observados ataques a produtos Ivanti, Cisco, Google Chrome, 7Zip, plataformas cloud e sistemas empresariais, com grupos estatais a aproveitar falhas zero day para operações de espionagem e persistência profunda. A velocidade de exploração tem vindo a diminuir, passando de semanas para horas, pressionando as equipas de TI a reduzirem drasticamente o tempo de correção.

- **Ascensão das ameaças móveis**

As ameaças móveis representam 42% dos ataques categorizados, ultrapassando os ataques tradicionais à web. Destacam-se spyware avançado, trojans bancários e exploração de protocolos obsoletos, permitindo rastreamento e interceção silenciosa de comunicações a nível internacional. O uso crescente de dispositivos pessoais para fins profissionais aumentou a superfície de ataques.

- **Ataques à cadeia de abastecimento digital**

Os ataques à cadeia de abastecimento representam 10.6% dos incidentes, incluindo comprometimentos de bibliotecas open source, pacotes maliciosos em repositórios, extensões de browser adulteradas e ataques a fornecedores de serviços cloud. O impacto multiplicador torna estes ataques atrativos para grupos avançados, que podem comprometer centenas de entidades através de um único vetor.

- **A nova era da Inteligência Artificial ofensiva**

O uso de Inteligência Artificial ofensiva aumentou drasticamente utilizando modelos maliciosos como WormGPT, FraudGPT e EscapeGPT que são usados para automatizar phishing, gerar malware, criar deepfakes e conduzir operações de engenharia social super-realistas. Mais de 80% dos emails de phishing analisados utilizaram Inteligência

Artificial, refletindo uma mudança estrutural nas capacidades dos atacantes.

Autoavaliação em cibersegurança

A melhoria da resiliência digital exige que as organizações avaliem regularmente a sua postura de segurança. Uma autoavaliação estruturada permite identificar fragilidades críticas, priorizar investimentos e alinhar práticas internas com normas internacionais como a ISO/IEC 27001. As seguintes questões podem oferecer uma base para que os decisores compreendam o nível de maturidade atual da organização:

- Existe uma política formal de Segurança da Informação aprovada pela Administração e comunicada a todos os colaboradores e fornecedores;
- Na gestão de acessos aplicam-se revisões periódicas, o princípio do menor privilégio e mecanismos de autenticação forte, com registos formais de aprovações;
- Na gestão de vulnerabilidades são aplicados prazos definidos para atualizações e correções de segurança, com registo e validação do cumprimento;
- Existe um plano de resposta e comunicação de crises, testado e responsáveis identificados;
- Backups regulares são realizados (testados, armazenados em ambientes protegidos);
- As ações de sensibilização em cibersegurança são realizadas pelo menos semestralmente e incluem colaboradores, prestadores de serviços e terceiros críticos;
- Existe logging, correlação e monitorização automatizada de eventos para sistemas críticos, com mecanismos de alerta precoce;
- Fornecedores são avaliados em cibersegurança.

Políticas estruturadas, formação contínua e alinhamento com normas internacionais são críticos para garantir a resiliência digital no novo panorama de risco.

Autores:

**Francisco Lopes - Auditor de IT -
Duarte Giesta SROC (UHY Portugal)**

5. Termómetro da Saúde Económico-Financeira

5

Os rácios que todo o gestor deve acompanhar: um guia prático para avaliar o desempenho da empresa

A maioria das empresas portuguesas, em especial PME, é gerida com base em indicadores simples: faturação, saldo de tesouraria, lucro do último ano. Estes números são importantes, mas contam apenas parte da história. Os rácios de gestão permitem transformar informação contabilística e operacional em sinais claros sobre: capacidade de pagar compromissos, rentabilidade real do negócio, eficiência no uso de recursos, grau de risco financeiro. Sustentabilidade do crescimento.

Mais do que números para o contabilista, são ferramentas práticas para avaliar a saúde da empresa e tomar melhores decisões. A seguir estão alguns dos principais rácios de avaliação do desempenho das empresas.

1. Rácios de liquidez e tesouraria

1.1 Liquidez Corrente

Fórmula
Liquidez Corrente = Ativo Corrente / Passivo Corrente

Interpretação
< 1,0 – risco de não cumprir compromissos.
1,2–2,0 – saudável para muitas PME.
2,0 – folga ou capital parado.

Exemplos por setor
Serviços – 1,2–1,5.
Comércio – 1,5–2,0.
Indústria – 1,5–2,5.

1.2 Liquidez Imediata

Fórmula
(Caixa + Bancos + Clientes) / Passivo Corrente

Interpretação
≥ 1,0 – confortável.
0,7–1,0 – aceitável.
< 0,7 – risco de tesouraria.

Exemplos
Serviços devem apontar para ≈1,0. Comércio e indústria podem tolerar 0,7–0,9.

2. Rácios de rentabilidade

2.1 Margem EBITDA (rácio central de rentabilidade)

Fórmula
Margem EBITDA (%) = EBITDA / Vendas × 100

Interpretação
Mostra a rentabilidade operacional antes de juros, impostos, amortizações e depreciações.
Valores típicos:
Serviços B2B – 15–30% ou mais.
Comércio – 5–15% devido à forte concorrência e margens brutas mais baixas.
Indústria – 10–20% dependendo da escala e do posicionamento

2.2 Margem Bruta

Fórmula
(Vendas – CMVMC) / Vendas × 100

Valores típicos
Alimentar – 10–25%.
Moda – 30–60%.
Serviços – >60–70%.

2.3 Rentabilidade do Ativo (ROA)

Fórmula
ROA = Resultado Líquido / Ativo Total

Interpretação
Serviços – ≈10% ou mais.
Comércio – 5–10%.
Indústria – 3–7%.

2.4 ROE

Fórmula
ROE = Resultado Líquido / Capitais Próprios

Interpretação
< 5% – fraco.
5–10% – aceitável.
10–12% – bom para muitas PME.

3. Rácios de eficiência operacional

3.1 Rotação de Inventários

Fórmula
CMVMC / Inventário Médio

Interpretação
Rotação alta = capital menos empadado.

Exemplos
Alimentar – >10–15x/ano.
Moda – 4–8x.
Indústria – 3–6x.

3.2 Prazo Médio de Recebimento (PMR)

Fórmula
(Clientes / Vendas Anuais) × 365

Interpretação
Deve alinhar com prazos acordados.

3.3 Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Fórmula
(Fornecedores / Compras Anuais) × 365

Interpretação
PMP muito > PMR → financiar-se à custa dos fornecedores.
PMP muito < PMR → pressões de tesouraria.

4. Rácios de estrutura de capital e endividamento

4.1 Dívida Líquida por EBITDA

Fórmula
Dívida Líquida / EBITDA = (Dívida Financeira Total – Caixa e Equivalentes) / EBITDA

Interpretação
Mede quantos anos de EBITDA seriam necessários para pagar a dívida financeira. É um dos rácios mais utilizados por bancos para avaliar o nível de alavancagem.
Referências comuns (variam por setor):
> 4,0x – endividamento muito elevado e arriscado.
3,0–4,0x – zona de atenção; sensível a quebras de resultados.
2,0–3,0x – nível moderado, aceitável em muitos negócios.
< 2,0x – endividamento confortável para a maioria das PME.

4.2 Autonomia Financeira

Fórmula
Capitais Próprios / Ativo Total

Interpretação
Mede a solidez financeira da empresa, indicando que
< 20% – frágil.
20–35% – razoável.
35–40% – confortável.

4.3 Cobertura de Juros

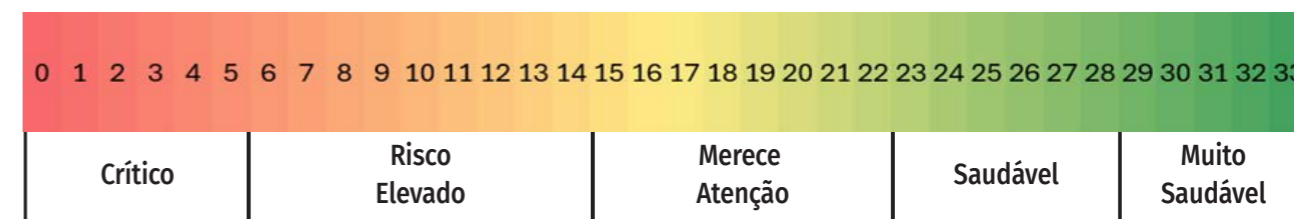
Fórmula
Cobertura de Juros = EBITDA / Encargos Financeiros

Interpretação
Indica quantas vezes o EBITDA cobre os juros.
< 2x – vulnerável.
2–4x – aceitável.
4x – confortável.

Os rácios permitem ao gestor transformar dados financeiros em decisões.

Mais importante do que decorar fórmulas é: monitorizar e implementar ações de melhoria.

Aceda ao nosso site <https://duartegieta.pt/wp-content/uploads/2025/11/Termometro-da-Saude-Economico-Financeira.xlsx> para calcular os rácios da sua empresa e obter o respetivo Score. Com base nesse resultado, o nosso Termómetro Económico-Financeiro poderá indicar o estado atual da saúde do seu negócio.



Autores:

Igor Fernandes (UHY Portugal)
João Amaral (Duarte Giesta SROC)

6. Aprovação de Contas

Responsabilidade do Órgão de Gestão

6

A aprovação anual de contas é essencial para garantir a transparência e a prestação de contas a sócios/acionistas, fornecedores, clientes e outros stakeholders, avaliar o desempenho da empresa, sendo indispensável para a posterior distribuição de dividendos.

O Código das Sociedades Comerciais estabelece um dever geral de prestação de contas, que se decompõe em dois deveres fundamentais:

- a. O dever de elaboração do relatório de gestão, das contas do exercício e dos demais documentos de prestação de contas, incluindo a proposta de aplicação de resultados;
- b. O dever de submissão desses documentos à aprovação da assembleia geral.

Este dever de prestação de contas, bem como a promoção das diligências necessárias à sua observância, recai sobre os gerentes ou administradores que estejam em funções ao tempo da elaboração e apresentação dos documentos de prestação de contas. Estes devem ser assinados por todos os gerentes ou administradores. Qualquer recusa deve ser expressamente justificada.

Este processo, decorre em regra, da seguinte forma:

1. Preparação do relatório de gestão e das demonstrações financeiras pela gerência, nas sociedades por quotas, ou pela administração, nas sociedades anónimas;
2. Preparação das demonstrações financeiras pelo contabilista certificado e sua auditoria/revisão pelo ROC/Auditor externo, quando aplicável;
3. Convocação da Assembleia Geral:
 - i. Nas sociedades por quotas, a assembleia geral pode ser convocada por qualquer gerente da sociedade, através de convocatória com a antecedência mínima de 15 dias seguidos, a não ser que o contrato de sociedade estabeleça outras formalidades ou prazo mais longo;
 - ii. Nas sociedades anónimas, a assembleia geral é convocada pelo presidente da mesa, mediante publicação da convocatória, exceto quando todas as ações forem nominativas, caso

em que a convocatória poderá ser enviada por carta registada ou, havendo prévio consentimento para o efeito, por correio eletrónico com recibo de leitura, com um mínimo de 21 dias de antecedência.

O relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos devem ser facultados aos sócios ou acionistas previamente à assembleia geral anual, com a antecedência suficiente para permitir a sua análise informada.

A apreciação da prestação de contas pela assembleia geral deve, regra geral, ocorrer no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício, que, por regra, coincide com o final do ano civil. Assim, a assembleia geral destinada à aprovação das contas do exercício findo em 31 de dezembro deverá, em regra, realizar-se até 31 de março do ano seguinte. Este prazo pode ser alargado para cinco meses quando se trate de sociedades obrigadas a apresentar contas consolidadas ou que apliquem o método da equivalência patrimonial.

Na assembleia geral, os sócios ou acionistas devem apreciar e votar:

1. O relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas;
2. A proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão;
3. Apreciação do desempenho da gerência/administração e fiscalização da sociedade.

Após a aprovação das contas, deve proceder-se ao seu registo, até ao 15.º dia do sétimo mês posterior à data do termo do exercício, que inclui:

 - a. Entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES) e pagamento da respetiva taxa de registo;
 - b. Entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal à Autoridade Tributária;
 - c. Depósito das contas junto do Registo Comercial e;
 - d. Prestação de informação para fins estatísticos ao Instituto Nacional de Estatística e ao Banco de Portugal.

O incumprimento destas obrigações, pode acarretar as seguintes consequências:

1. Impedimento de registo de determinados factos relativos à sociedade, nomeadamente, do registo de alterações do pacto social;
2. Se a omissão do registo da prestação de contas ocorrer durante 2 anos consecutivos, poderá dar lugar à instauração de um procedimento de dissolução oficiosa da sociedade.

Este processo:

- i) Garante o regular funcionamento da sociedade;
- ii) Salvaguarda os direitos dos sócios e acionistas;
- iii) Assegura a conformidade com as exigências legais e fiscais aplicáveis;
- iv) Evita constrangimentos relevantes, incluindo limitações ao registo de atos societários;
- v) Evita o risco de dissolução oficiosa.

Cabe ao Órgão de Gestão assegurar o cumprimento deste processo, contribuindo para a solidez, credibilidade e sustentabilidade da sociedade.

Autores:

**Sandra Pinto (Advogada) Franca Pinto & Castelo Branco
Sociedade de Advogados**

7. Transformação Digital no Fecho de Contas

7

A transformação digital é a base da eficiência. No fecho de contas, garante rapidez, rigor, eficiência e acesso a indicadores de gestão de suporte à tomada de decisões. Automatizar deixou de ser um luxo: é um requisito da transparência e fiabilidade.

ERP como Pilar do Fecho de Contas

Um ERP robusto é essencial para organizar lançamentos, reconciliações e relatórios, reduzindo erros e trabalho manual. Entre as PME's, o ERP Cegid Primavera é líder graças à sua modularidade, estabilidade e adequação às necessidades dos gestores.

No Cegid Primavera, três componentes permitem digitalizar o fecho de contas:

- **Cegid Pulse (IA integrada):** analisa dados em grande escala, detecta anomalias, antecipa problemas e sugere correções, tornando o processo mais proativo.
- **PAA – Accounting Automation:** automatiza tarefas repetitivas, importa e mapeia dados contabilísticos e reduz a intervenção manual.
- **Fiscal Reporting:** assegura cumprimento legal, emitindo relatórios e declarações fiscais com precisão e consistência.

Da consolidação de dados aos KPI's

Após a integração dos dados no ERP, o Power BI assume o papel central na leitura do desempenho do negócio, convertendo números em *dashboards* dinâmicos, análises comparativas e alertas gerenciais. As novas IA's atuam como verdadeiros copilots financeiros: verificam lançamentos, sugerem ajustes e criam textos, relatórios ou apresentações completas para reuniões estratégicas.

Um Fecho de Contas Moderno, Integrado e Inteligente

O fecho de contas combina ERP, automação, reporte fiscal e inteligência artificial, criando um processo previsível, seguro e orientado à gestão. Relatórios dinâmicos e apresentações geradas por IA elevam a comunicação interna e ajudam a decidir.

Se a sua empresa procura as melhores práticas para automatizar e aperfeiçoar o fecho de contas, aconselhe-se com quem o pode ajudar na implementação de tecnologia e na otimização e digitalização dos processos financeiros e transforme o fecho de contas num processo estratégico.

Autores:

**Guilherme Ribeiro (Duarte Giesta SROC)
Guilherme Henrique (Duarte Giesta SROC)**



***“A inovação
distingue um líder
de um seguidor.”***

The Innovation Secrets of Steve Jobs



uhy.pt

Ponta Delgada

Porto

Lisboa

uhy.international

10.000 Profissionais

95 Países

318 Escritórios

